



**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
NOVEMBRO / 2022**



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

Apresentação

O Controle Interno da Câmara Municipal de Restinga, embasado na Lei Complementar nº 1895 de 20 de Janeiro de 2015 em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e Comunicado SDG 035/2015 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresenta o **Relatório de Controle Interno do mês de novembro do exercício de 2022**.

As análises apresentam a situação orçamentária, financeira e patrimonial, e as informações foram extraídas dos arquivos xml remetidos pela municipalidade para o Sistema Audep.

O relatório está de acordo com normas aplicáveis ao Controle Interno e foi elaborado em concordância com os artigos 66, 67 e 68 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O responsável pelo Controle Interno na conclusão de seus trabalhos, apresenta as análises realizadas, abordando os seguintes itens:

- 01. Avaliação da Gestão Orçamentária**
- 02. Avaliação das Alterações Orçamentárias**
- 03. Avaliação da Execução Financeira**
- 04. Avaliação dos Restos a Pagar**
- 05. Avaliação das Conciliações Bancárias**
- 06. Avaliação das Despesas com Pessoal**
- 07. Limite Total da Despesa Legislativa (art. 29-A CF)**
- 08. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, art. 29-A CF)**
- 09. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (art.29, VI, CF)**
- 010. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (art. 29, VII, CF)**
- 011. Avaliação do Repasse de Duodécimo**
- 012. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais**
- 013. Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis**
- 014. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas**
- 015. Avaliação de Estoques em Almoxarifado**
- 016. Despesas com Adiantamento**
- 017. Relatórios de Alerta e Instrução do TCE-SP**
- 018. Processos Legislativos**
- 019. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento**
- 020. Portal de Transparência**
- 021. Conclusão**



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

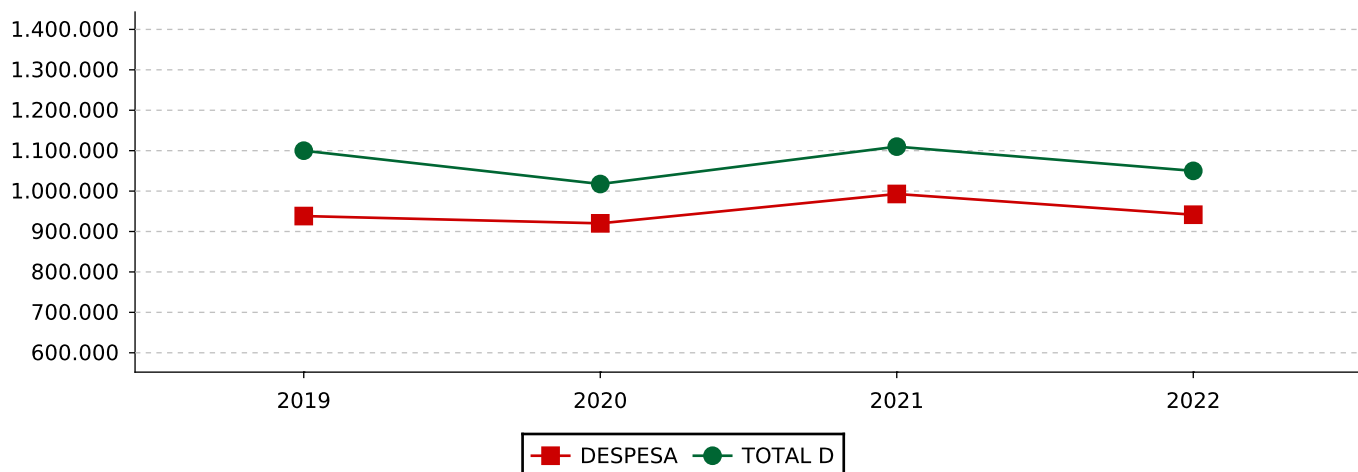
01. Avaliação da Gestão Orçamentária

A execução orçamentária apresentada no quadro a seguir, demonstra os repasses financeiros a serem recebidos ao longo do exercício e seu resultado em relação a despesa empenhada, liquidada e paga. A execução orçamentária da Administração Direta apresentado no quadro a seguir, demonstra a receita prevista para o exercício e o resultado orçamentário em relação a despesa empenhada, liquidada e paga.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTO ATÉ O MÊS	REALIZADO NO MÊS	REALIZADO ATÉ O MÊS	% AH		
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	1.050.000,00	962.500,00	87.500,00	962.500,00	91,67		
TOTAL DE REPASSES	1.050.000,00	962.500,00	87.500,00	962.500,00	91,67		
	PREVISTO ATÉ O MÊS	EMPENHADO	% AH	LIQUIDADO	% AH	PAGO	% AH
DESPEZA CORRENTE	1.015.000,00	866.144,30	89,98	862.034,24	89,56	839.431,29	87,21
DESPEZA DE CAPITAL	35.000,00	1.050,00	0,10	1.050,00	0,10	1.050,00	0,10
TOTAL DA DESPEZA	1.050.000,00	867.194,30	90,09	863.084,24	89,67	840.481,29	87,32
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		95.305,70	9,90	99.415,76	10,32	122.018,71	12,67

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas e despesas empenhadas, foi constatado o resultado orçamentário superavitário na despesa empenhada, liquidada e paga.

No gráfico a seguir demonstramos o comparativo entre a receita realizada e despesa liquidada dos últimos três exercícios, e a projeção para o exercício atual de acordo com a metodologia descrita abaixo o quadro.



Nota Explicativa: O método de cálculo para projeção de receitas e despesas considera o valor arrecadado e liquidado até o período, dividido pelo número de meses até o mês atual e multiplicado pelos meses restantes do exercício.

No quadro abaixo demonstramos o Resultado Orçamentário calculado pela Despesa Empenhada e Fonte de Recurso.

ANÁLISE POR FONTES DE RECURSOS				
	ARRECADADA	EMPENHADA	RESULTADO	%
RECURSOS PRÓPRIOS	1.050.000,00	867.194,30	182.805,70	17,41
TOTAL DA RECEITA	1.050.000,00	867.194,30	182.805,70	17,41



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de recurso próprio na ordem de **R\$ 182.805,70**, que corresponde a **17,41%** do saldo orçamentário disponível.

Nota Conclusiva do Controlador:

Resultado orçamentário superavitário nas despesas empenhadas, liquidada e paga.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

02. Avaliação das Alterações Orçamentárias

Até o período analisado não foram realizadas alterações orçamentárias.

Nota Conclusiva do Controlador:

Não foi realizado alterações orçamentárias no período.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

03. Avaliação da Execução Financeira

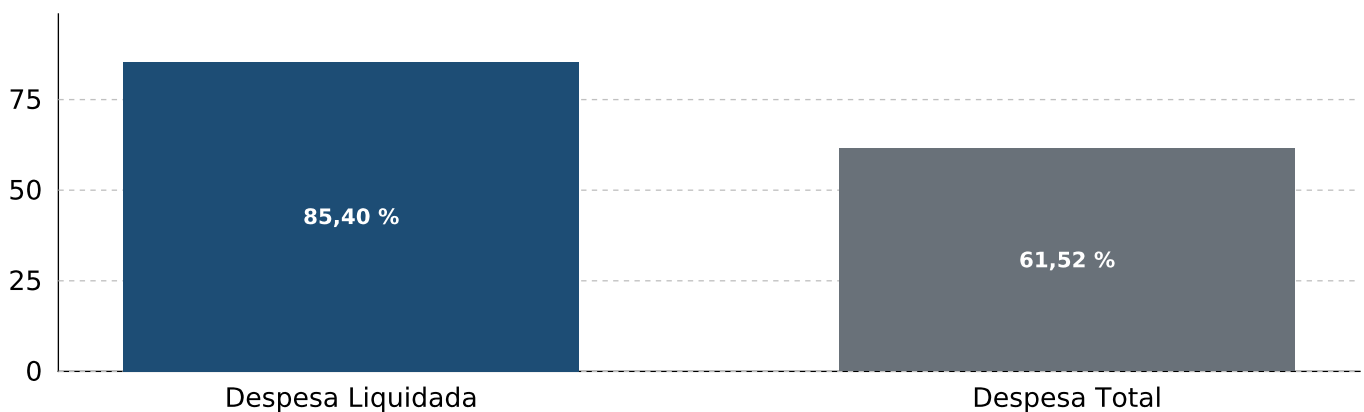
A execução financeira apresentada no quadro a seguir, especifica o resultado dos saldos de bancos com as despesas liquidadas e não liquidadas a pagar.

RESULTADO FINANCEIRO	EXERC. ANTERIOR	%	EXERC. ATUAL	%
ATIVO FINANCEIRO ¹	5,86		154.907,06	
(-) DESPESAS À PAGAR - LIQUIDADAS ²	0,00	100,00	22.602,95	85,40
(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA LIQUIDADADA	5,86		132.304,11	
PASSIVO FINANCEIRO ³	0,00		59.595,50	
(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA TOTAL	5,86	100,00	95.311,56	61,52

Nota Explicativa: ¹Ativo Financeiro: Disponibilidades e Haveres Financeiros, ²Despesas à Pagar - Liquidadas: Despesas a pagar processadas de curto prazo, ³Passivo Financeiro: Todas as despesas a pagar processadas e não processadas.

Abaixo o gráfico com o resultado financeiro da despesa liquidada a pagar e despesa total a pagar.

Resultado Financeiro



Conclui-se do quadro acima um Resultado Financeiro superavitário, demonstrando que a Câmara possui disponibilidade financeira frente as despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira é superior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, quando comparada a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro superavitário.

ANÁLISE POR FONTE DE RECURSOS						
DESCRIÇÃO	BANCOS/CAIXA	RESTOS PAGAR EXERC. ANTER.		À PAGAR NO EXERCÍCIO	RESULTADO	%
		PROCESSADO	NÃO PROC. LIQ.			
1 - RECURSOS PRÓPRIOS	154.907,06	0,00	0,00	22.602,95	132.304,11	85,40
TOTAL	154.907,06	0,00	0,00	22.602,95	132.304,11	85,40

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de Recurso Próprio na ordem de **R\$ 132.304,11**, que corresponde a **85,40%** do saldo bancário disponível.

Nota Conclusiva do Controlador:

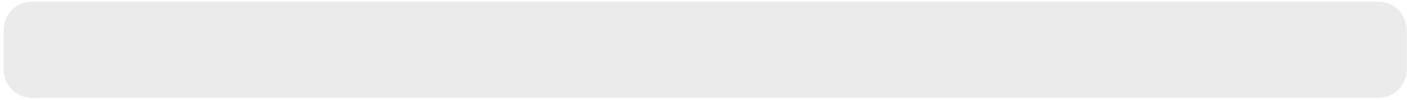
Resultado Financeiro Superavitário. Demonstrando que a Câmara possui disponibilidade financeira frente as despesas.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022





Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

04. Avaliação dos Restos a Pagar

Nota Conclusiva do Controlador:

- *Não há Restos a Pagar.*

A Entidade não possui restos a pagar até o período.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

05. Avaliação das Conciliações Bancárias

Nota Conclusiva do Controlador:

Conforme explicação do setor contábil, o saldo de R\$ 5,86 (cinco reais e oitenta e seis centavos) do Banco Santander será empenhado como tarifa até 30 de dezembro de 2022 de acordo com o encerramento da conta.

No período analisado não foram informadas as conciliações bancárias da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

06. Avaliação das Despesas com Pessoal

O quadro a seguir apresenta análise do percentual da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Legislativo Municipal, comparada com a Receita Corrente Líquida do Município.

DESPESA COM PESSOAL				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ANTERIOR		NOVEMBRO/2022	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	33.108.480,54		39.356.469,28	
LIMITE MÁXIMO DE GASTO (ART. 20 LRF)	1.986.508,83	6,00	2.361.388,16	6,00
LIMITE PRUDENCIAL 95% (ART. 22 LRF)	1.887.183,39	5,70	2.243.318,75	5,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	720.726,92	2,17	751.676,65	1,90

Abaixo segue o gráfico referente ao percentual aplicado com despesa de pessoal em comparação ao limite máximo e limite prudencial.



Verificamos que a despesa líquida com pessoal representou até o período analisado **1,90%** da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

Tendo em vista que o percentual apurado não excedeu o limite de **95%** previsto no art. 22, parágrafo único da Lei Complementar citada anteriormente, o Poder Legislativo não está sujeito às vedações impostas nos incisos I a V do mesmo dispositivo.

Nota Conclusiva do Controlador:

Despesa com pessoal não excedeu o limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04/05/2000.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

07. Limite Total da Despesa Legislativa (art. 29-A CF)

O quadro a seguir apresenta o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

LIMITE DA DESPESA LEGISLATIVA	VALOR
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	6.587
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER. (A)	24.797.746,02
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	7,00
VALOR MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	1.735.842,22
VALOR DOS REPASSES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO	1.050.000,00
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO (B)	962.500,00
PERCENTUAL REALIZADO (C = B/A*100)	3,88

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Verifica-se que a despesa realizada pelo Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual relativo ao somatório da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, portanto, atende ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	346.444,29
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	17.181,18
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	223.304,51
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	129.332,82
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	493.348,67
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.105.806,27
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	6.894,04
TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL	450,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTRAS - PRINCIPAL	46.624,55
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - JUROS COM DESTINAÇÃO DIFERENCIADA POR LEGISLAÇÃO PERTINENTE	111.594,74
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	10.673.257,05
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	467.821,88
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	413.249,31
COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	277.597,40
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	9.599.262,69
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	811.857,63
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	66.622,67
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	7.096,32
TOTAL	24.797.746,02



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

08. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, art. 29-A CF)

O quadro a seguir apresenta o limite constitucional para gastos com folha de pagamento, comparado com o repasse financeiro da Prefeitura Municipal.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)
TRANSFERÊNCIA TOTAL DA PREFEITURA	962.500,00
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
TRANSFERÊNCIA LÍQUIDA	962.500,00
DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO	679.009,89
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	129.016,47
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	549.993,42
PERCENTUAL (DESPESA FOLHA PAGTO/TRANSF. REALIZADAS)	57,14
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	70,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Manual: O Tribunal e a Gestão Financeira das Câmaras de

Constata-se que as despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, não superou **70%** das Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipal, não excedendo, portanto, o limite previsto § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Referente ao limite de 70% da folha de pagamento, a legislação exclui do cômputo da apuração os gastos com encargos patronais, inativos e contratos de terceirização que substituem servidores.

Nota Conclusiva do Controlador:

O percentual referente às despesas com a folha de pagamento não excedeu o limite previsto § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

09. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (art.29, VI, CF)

O quadro a seguir apresenta a observância da limitação dos subsídios de vereadores com base no subsídio dos deputados estaduais.

LIMITE SUBSÍDIO VEREADOR	VALOR (R\$)
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	6.587
SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	25.322,25
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	20,00
VALOR LIMITE	5.064,45
COMPARAÇÃO INDIVIDUAL	
SUBSÍDIO DO VEREADOR	3.422,00
SUBSÍDIO DO PRESIDENTE	3.960,00
DIFERENÇA A MENOR	1.582,67
COMPARAÇÃO GERAL	
NÚMERO DE VEREADORES	9
NÚMERO DE MESES	11
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	344.696,00
VALOR MÁXIMO PARA VEREADORES	501.380,55
DIFERENÇA A MENOR	156.684,55

Fonte: Censo IBGE 2010

Constata-se que o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara, fixados em **R\$ 344.696,00**, não superou o subsídio dos Deputados Estaduais, não excedendo, portanto, o limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Nota Conclusiva do Controlador:

Subsídio dentro do limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

010. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (art. 29, VII, CF)

O quadro a seguir demonstra se foi observado o limite constitucional de gastos com remuneração a vereadores do Poder Legislativo Municipal.

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	VALOR
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER.	24.797.746,02
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO - 5%	1.239.887,30
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO	234.506,79
PERCENTUAL GASTO	0,94

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	346.444,29
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	17.181,18
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	223.304,51
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	129.332,82
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	493.348,67
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.105.806,27
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	6.894,04
TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL	450,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTRAS - PRINCIPAL	46.624,55
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - JUROS COM DESTINAÇÃO DIFERENCIADA POR LEGISLAÇÃO PERTINENTE	111.594,74
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	10.673.257,05
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	467.821,88
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	413.249,31
COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	277.597,40
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	9.599.262,69
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	811.857,63
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	66.622,67
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	7.096,32
TOTAL	24.797.746,02

Nota Conclusiva do Controlador:

Dentro do limite de 5% previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

011. Avaliação do Repasse de Duodécimo

O demonstrativo a seguir apresenta o valor fixado na Lei Orçamentária Anual para o Legislativo comparado com a transferência financeira realizada pelo Poder Executivo.

MÊS	FIXADO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO
Janeiro	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Fevereiro	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Março	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Abril	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Maio	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Junho	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Julho	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Agosto	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Setembro	87.500,00	87.500,00	100,00	0,00
Outubro	87.500,00	87.500,00	100,00	70.000,00
Novembro	87.500,00	87.500,00	100,00	-70.000,00
Dezembro	87.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.050.000,00	962.500,00	91,66	0,00

Em outra análise, no quadro a seguir apresentamos a evolução dos repasses ao legislativo e a devolução do legislativo para o executivo nos últimos três exercícios.

ANO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO	%
2019	1.100.000,00		162.410,07	
2020	1.017.500,00	-7,50	189.984,64	16,97
2021	1.110.000,00	9,09	117.142,46	-38,34

Conforme apresentado no quadro acima constata-se que o valor repassado ao Poder Legislativo atende ao valor fixado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Nota Conclusiva do Controlador:

Conforme explicação do setor contábil, a Câmara, até o final do exercício, devolverá resíduo do duodécimo ao executivo, não empenhando o total da despesa autorizada.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

012. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais

A seguir apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga no mês com recolhimentos de encargos sociais.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS NO MÊS				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	13.095,55	13.095,55	9.353,57
31901301	FGTS	2.149,02	2.149,02	1.193,27
TOTAL		15.244,57	15.244,57	10.546,84

Em outra análise, conforme quadro abaixo, apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga acumuladas até o mês e o saldo pagar de encargos sociais.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS ATÉ O MÊS						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO PAGAR PELO EMPENHADO
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	113.600,78	113.600,78	100.505,23	13.095,55
31901301	FGTS	0,00	15.525,75	15.415,69	13.266,67	2.259,08
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		140.000,00	129.126,53	129.016,47	113.771,90	15.354,63

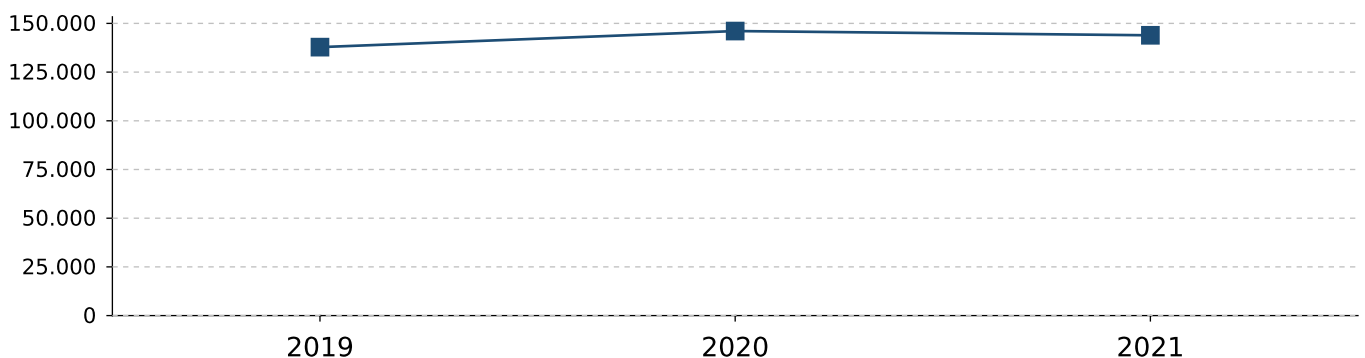
SALDOS DE ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR PELO EMPENHADO ATÉ O MÊS		
		15.354,63 11,89%

Conforme demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com encargos sociais representou até o período, respectivamente, **92,23%**, **92,15%** e **81,26%** da despesa autorizada para o exercício.

Com relação ao saldo de empenho a pagar até o período, apuramos que o montante de **R\$ 15.354,63** representa **11,89%** da despesa empenhada no mês.

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores pagos com encargos sociais nos últimos três exercícios.

EXERCÍCIO	VALOR
2019	137.812,75
2020	146.072,02
2021	143.894,65





Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

Nota Conclusiva do Controlador:

O valor liquidado desde o início do exercício foi na ordem R\$15.415,69 e o pago até o período foi de R\$13.266,67.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

013. Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para investimento em obras, equipamentos e aquisição de imóveis, comparado com a despesa liquidada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS							
RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL	20.000,00	1.050,00	5,25	1.050,00	5,25	1.050,00	5,25
TOTAL DE INVESTIMENTOS	35.000,00	1.050,00	3,00	1.050,00	3,00	1.050,00	3,00
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						962.500,00	
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO SOBRE REPASSE						0,10 %	

Conforme apresentado na tabela acima, constatamos que até o período analisado, a despesas liquidada com investimento representou **3,00%** da despesa prevista para o exercício. Em outra análise, certificamos ainda que a Câmara aplicou em investimento o equivalente a **0,11%** da Receita Corrente Líquida do Município.

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis dos Bens Móveis e Imóveis, registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUESP.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL	AH
123100000	BENS MÓVEIS	141.689,53	1.050,00	0,00	142.739,53	0,73
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	52.330,84	0,00	0,00	52.330,84	0,00
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	28.963,68	0,00	0,00	28.963,68	0,00
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	58.445,01	1.050,00	0,00	59.495,01	1,76
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	1.950,00	0,00	0,00	1.950,00	0,00
123200000	BENS IMÓVEIS	88.300,62	0,00	0,00	88.300,62	0,00
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	20.650,22	0,00	0,00	20.650,22	0,00
123210700	INSTALAÇÕES (P)	1.830,00	0,00	0,00	1.830,00	0,00
123219900	DEMAIS BENS IMÓVEIS	65.820,40	0,00	0,00	65.820,40	0,00
123800000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-92.772,00	0,00	-5.846,73	-98.618,73	5,92
123810100	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-92.772,00	0,00	-5.846,73	-98.618,73	5,92
123000000	TOTAL	137.218,15	1.050,00	-5.846,73	132.421,42	-3,62

Verificamos até o período uma **diminuição** do Ativo Imobilizado em **-3,62%** em relação ao saldo apresentado encerramento do exercício anterior.

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores liquidados de investimentos nos últimos três exercícios, e a projeção do valor do exercício atual seguindo o método descrito sob o quadro.

EXERCÍCIO	VALOR
2019	17.170,00
2020	17.098,50
2021	2.870,00



Câmara Municipal de Restinga

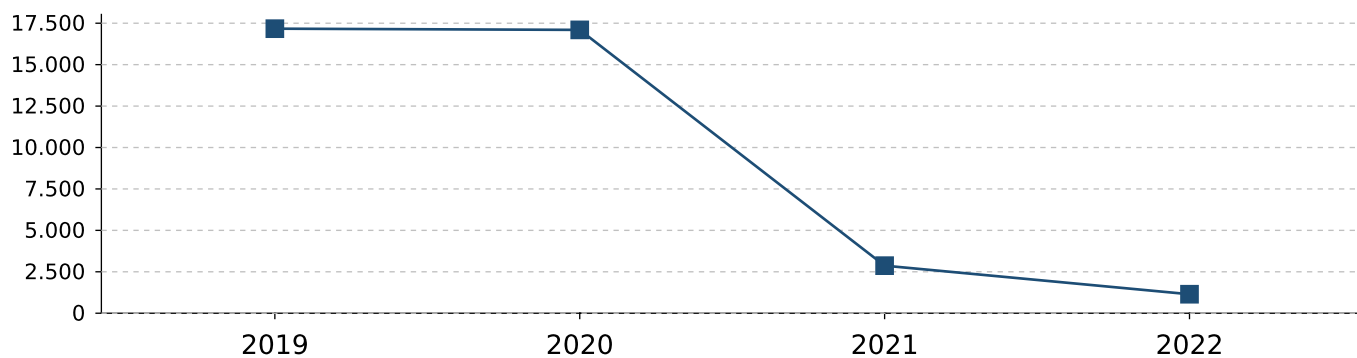
Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

2022

1.145,45

Nota Explicativa: O método de cálculo utilizado para projetar a despesa liquidada leva em consideração a divisão da despesa liquidada até o mês pelo número de meses atual, multiplicada pelos meses do exercício.



Nota Conclusiva do Controlador:

O setor de patrimônio está de acordo com o apontado no setor da contabilidade.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

014. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas

O quadro a seguir apresenta a despesa empenhada da Câmara Municipal com contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação comparada com a despesa total empenhada.

DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO	EMPENHADO	%
DESPESA EMPENHADA COMO CONCURSO	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONVITE	10.500,00	1,21
DESPESA EMPENHADA COMO TOMADA DE PREÇOS	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONCORRÊNCIA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO PREGÃO	45.723,62	5,27
DESPESA EMPENHADA COMO BEC-BOLSA ELETRÔNICA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO REGIME CONTRATAÇÃO DIRETA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO DISPENSA DE LICITAÇÃO (II) - Art.24	113.371,57	13,07
DESPESA EMPENHADA COMO INEXIGIBILIDADE (III) - Art.25	2.775,00	0,31
DESPESA EMPENHADA COMO OUTROS/NÃO APLICÁVEL	694.824,11	80,12
TOTAL DE DESPESA EMPENHADA (I)	867.194,30	
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA SEM LICITAÇÃO (IV) = (II+III)	116.146,57	
PERCENTUAL DESPESA SEM LICITAÇÃO = ((IV / I) * 100)		13,39 %

Conforme demonstrado no quadro acima, constata-se que até o período analisado, a Despesa Empenhada nas modalidades de licitação previstas nos artigos 24 e 25, da Lei Federal 8.666/93 representou **13,39%** da despesa total contratada.

Nota Conclusiva do Controlador:

A modalidade de licitação "Outros/Não Aplicável", não atingiu os 250 ufesp, e por isso não passaram pelo processo de contratação .



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

015. Avaliação de Estoques em Almoarifado

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para materiais de consumo, comparado com a despesa empenhada, liquidada e paga.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS DE CONSUMO							
DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	15.148,00	60,59	15.148,00	60,59	15.148,00	60,59
TOTAL	25.000,00	15.148,00	60,59	15.148,00	60,59	15.148,00	60,59
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						962.500,00	
PERCENTUAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS SOBRE REPASSE						1,57	

De acordo com o demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com materiais de consumo representou até o período, respectivamente, **60,59%**, **60,59%** e **60,59%** da despesa autorizada para o exercício.

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis de entrada e saída de almoarifado registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUDESP.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL
MATERIAL DE CONSUMO (P)	0,00	6.617,21	0,00	6.617,21
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	0,00	6.366,35	0,00	6.366,35
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	0,00	273,10	0,00	273,10
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	0,00	1.891,34	0,00	1.891,34
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	0,00	1.050,00	-1.050,00	0,00
TOTAL	0,00	16.198,00	-1.050,00	15.148,00

Conforme exposto acima, constatamos que os registros de entradas totalizaram **R\$ 16.198,00**, as saídas representaram **R\$ 1.050,00** e o saldo em estoque para o mês seguinte é **R\$ 15.148,00**.

Nota Conclusiva do Controlador:

A câmara não conta com almoarifado, as baixas são dadas no fechamento do ano.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

016. Despesas com Adiantamento

O quadro a seguir apresenta o valor concedido, utilizado, devolvido e pendente de prestação de contas das despesas sob regime de adiantamento.

DESPESAS COM ADIANTAMENTO				
DESCRIÇÃO	CONCEDIDO	PENDENTE	UTILIZADO	DEVOLVIDO
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO	4.700,00	2.061,32	1.308,35	1.330,33

O quadro abaixo apresenta a relação das despesas no regime de adiantamentos empenhadas no exercício em análise, pendentes de prestação de contas.

RELAÇÃO DE ADIANTAMENTOS PENDENTE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (NO EXERCÍCIO)					
NOME	EMPENHO	INSCRIÇÃO	CONCESSÃO	VALOR	SITUAÇÃO
SECRETARIA DA CAMARA				2.061,32	
LEONARDO NEVES CINTRA	2022/82	181.049.418-44	14/03/2022	1.573,47	ATRASO 231dias
JULIANA DE SOUZA SCARPE	2022/83	340.619.048-09	21/03/2022	67,95	ATRASO 224dias
DIRCE DE OLIVEIRA SANTOS	2022/93	073.788.168-25	29/03/2022	67,20	ATRASO 216dias
JULIANA DE SOUZA SCARPE	2022/112	340.619.048-09	18/04/2022	135,55	ATRASO 196dias
LEONARDO NEVES CINTRA	2022/117	181.049.418-44	05/04/2022	67,15	ATRASO 209dias
LEONARDO NEVES CINTRA	2022/141	181.049.418-44	06/05/2022	150,00	ATRASO 178dias
			TOTAL	2.061,32	

Nota Explicativa: A quantidade de dias em atraso refere-se ao cálculo da data prevista para a prestação de contas, referente ao último dia do mês em análise.

Nota Conclusiva do Controlador:

A baixa será feita no balanço. O ocorrido se deu por conta que não foi inserido a dada da quitação no arquivo antes de encaminhá-lo ao TC.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

017. Relatórios de Alerta e Instrução do TCE-SP

O quadro a seguir apresenta os Alertas e relatórios de Instrução relacionados ao acompanhamento da Gestão Fiscal da administração emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo através do Sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de Contas Públicas.

RELATÓRIO DE ALERTA	
Tipo de Processo	Mês
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	Setembro
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	Junho
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	Outubro
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	Janeiro

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO	
Mês	
	Setembro
	Agosto
	Julho
	Junho
	Maiο
	Abril
	Março
	Fevereiro
	Novembro
	Outubro
	Janeiro

Quantidade de Alerta	4
Quantidade de Instrução	11

Certificamos que até o período analisado foram emitidos 4 relatórios de alerta com situações desfavoráveis e 11 relatórios de instrução com indicadores da situação fiscal da Entidade.

Nota Conclusiva do Controlador:

A Câmara tomou medidas de observar o art. 42 da LRF devolvendo ao município o valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) em outubro de 2022, com uma projeção de devolver até dezembro de 2022 mais R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

018. Processos Legislativos

O quadro a seguir demonstra as sessões legislativas realizadas e as proposições que entraram na pauta no decorrer do mês.

REGISTRO DAS SESSÕES REALIZADAS		
TIPO	DATA	ASSUNTO
Extraordinária	25/01/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº01 DE 17 DE JANEIRO DE 2022 PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº02 DE 17 DE JANEIRO DE 2022 PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº03 DE 17 DE JANEIRO DE 2022
Ordinária	15/02/2022	15/02/2022 OFÍCIO DO LEGISLATIVO Nº01/2022 PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 14/2021 PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº04 E 05/2022. REQUERIMENTO Nº01 E 02/2022
Extraordinária	25/02/2022	PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº02 / 2022_ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº01 / 2022.
Ordinária	08/03/2022	RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO Nº07/2021. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº01 DE 02 DE MARÇO DE 2022.
Extraordinária	08/03/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº07, 08, 09, 10, 11, 12 /2022. VETO INTEGRAL AO AUTÓGRAFO DE LEI 2154/2022 E PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº01/2022.
Ordinária	15/03/2022	DENÚNCIA EM DESFAVOR DOS VEREADORES E DENIS HENRIQUE PEREIRA PIMENTA.
Ordinária	05/04/2022	PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº03 DE MARÇO DE 2022. VETO PARCIAL AO AUTOGRAFO DE LEI 2159/2022.
Extraordinária	14/04/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº13 e 14/2022..
Extraordinária	18/04/2022	RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE Nº08/2021.
Ordinária	19/04/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº15/2022. PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº03/2022.
Extraordinária	25/04/2022	POSSE AOS VEREADORES SUPLENTE. E LEITURA DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO 008/2021
Ordinária	04/05/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 16, 17, 18, 19, 20, 21 E 22/2022, E PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 02/2022.
Ordinária	17/05/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 23 e 25/2022, E PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 03/2022.0
Extraordinária	24/05/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 25/2022, E PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 03/2022.
Ordinária	07/06/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº24/2022.
Extraordinária	14/06/2022	PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 04 E 05/2022. PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 26/2022. PROJETO DE RESOLUÇÃO 03/2022.
Ordinária	21/06/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº24/2022.
Extraordinária	30/06/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº27, 28 E 29/2022. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVO 02/2022. PROJETO DE EMENDA A L.O. M. LEGISLATIVO
Extraordinária	21/07/2022	PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº06 /2022. PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº30/ 2022. VETO TOTAL Nº03/2022 E VETO PARCIAL Nº04/2022.
Ordinária	02/08/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº31/2022.
Ordinária	16/08/2022	DENÚNCIA EM DESFAVOR DO VEREADOR VEREADOR DENIS HENRIQUE PEREIRA PIMENTA.
Extraordinária	16/08/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº32/2022 . PROJETO DE RESOLUÇÃO DA CAMARA Nº04 /2022,
Extraordinária	31/08/2022	PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº33, 34, 35 E 36/DE 26 DE AGOSTO DE 2022.
Ordinária	04/10/2022	Projeto Lei do Executivo nº 38/2022 -
Ordinária	18/10/2022	O sr. Vice-Presidente em Exercício deu posse ao vereador Julimar da Silva Rodrigues
Ordinária	18/10/2022	Projeto Lei do Executivo nº 40/2022
Ordinária	18/10/2022	REQUERIMENTO Nº 04/2022
Ordinária	18/10/2022	REQUERIMENTO Nº 05/2022
Ordinária	01/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 41/2022
Ordinária	01/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 42/2022
Ordinária	01/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 43/2022
Ordinária	01/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 44/2022



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

REGISTRO DAS SESSÕES REALIZADAS		
TIPO	DATA	ASSUNTO
Ordinária	01/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 45/2022
Ordinária	01/11/2022	Projeto de Emenda Legislativa nº 01/2022
Ordinária	16/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 37/2022
Extraordinária	29/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 46/2022
Extraordinária	29/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 47/2022
Extraordinária	29/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 48/2022
Extraordinária	29/11/2022	Projeto Lei do Executivo nº 49/2022

Conforme demonstrado no quadro acima, verificamos que, até o período analisado, foram realizadas **23 (vinte e tres)** Sessões Legislativas Ordinárias, **16 (dezesseis)** Sessões Legislativas Extraordinárias



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

019. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento

O quadro a seguir apresenta o valor autorizado na Lei Orçamentária Anual destinados a Investimentos e Custeios, comparados com a despesa empenhada e liquidada.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO					1.050.000,00
AÇÕES DE GOVERNO					
PROJETO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	
1002-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA	1.050,00	0,10	1.050,00	0,10	
TOTAL	1.050,00	0,10	1.050,00	0,10	
ATIVIDADE	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	
2001-MANUTENÇÃO SERVIÇOS LEGISLATIVOS	866.144,30	82,49	862.034,24	82,10	
TOTAL	866.144,30	82,49	862.034,24	82,10	
TOTAL GERAL	867.194,30	82,59	863.084,24	82,20	

Conforme apresentado no quadro acima, o valor empenhado e liquidado nas ações de governo de investimentos representou até o período, respectivamente, **0,10%** e **0,10%** do valor autorizado no orçamento. Referente as ações de governo com manutenção e custeio, certificamos que foi empenhado **82,48%** e liquidado **82,09%** do valor autorizado no orçamento.

Certifica-se que até o período analisado, a Entidade executou em investimentos e custeio o equivalente a **82,58%** do orçamento aprovado para o exercício.

Nota Conclusiva do Controlador:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATÉ O PERÍODO FOI EMPENHADO 60,37% E LIQUIDADO 60,36%.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

020. Portal de Transparência

Em atendimento às leis 131/2009 e 12.527/2011, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analisamos a seguir a disponibilização das informações no Portal de Transparência do órgão.

INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	
Descrição	Situação
Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Convênios - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada
Despesas com diárias e passagens	Informação Atualizada
Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012	Informação Atualizada
Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Perguntas Frequentes - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Atualizada
Receitas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada
Regulamentação da Lei - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
RGF Relatório de Gestão Fiscal - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Atualizada
RREO Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Atualizada
SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada

Nota Conclusiva do Controlador:

O site atende a Lei de Acesso à Informação.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

021. Conclusão

Mediante análises do período, destacamos os seguintes resultados:

Avaliação da Gestão Orçamentária

Resultado orçamentário superavitário nas despesas empenhadas, liquidada e paga.

Avaliação das Alterações Orçamentárias

Não foi realizado alterações orçamentárias no período.

Avaliação da Execução Financeira

Resultado Financeiro Superavitário. Demonstrando que a Câmara possui disponibilidade financeira frente as despesas.

Avaliação dos Restos a Pagar

- Não há Restos a Pagar.

Avaliação das Conciliações Bancárias

Conforme explicação do setor contábil, o saldo de R\$ 5,86 (cinco reais e oitenta e seis centavos) do Banco Santander será empenhado como tarifa até 30 de dezembro de 2022 de acordo com o encerramento da conta.

Avaliação das Despesas com Pessoal

Despesa com pessoal não excedeu o limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04/05/2000 .

Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, art. 29-A CF)

O percentual referente às despesas com a folha de pagamento não excedeu o limite previsto § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (art.29, VI, CF)

Subsídio dentro do limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (art. 29, VII, CF)

Dentro do limite de 5% previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

Avaliação do Repasse de Duodécimo

Conforme explicação do setor contábil, a Câmara, até o final do exercício, devolverá resíduo do duodécimo ao executivo, não empenhando o total da despesa autorizada.

Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2022

O setor de patrimônio está de acordo com o apontado no setor da contabilidade.

Avaliação das Licitações e Contratações Diretas

A modalidade de licitação "Outros/Não Aplicável", não atingiu os 250 ufesp, e por isso não passaram pelo processo de contratação .

Avaliação de Estoques em Almoxarifado

A câmara não conta com almoxarifado, as baixas são dadas no fechamento do ano.

Despesas com Adiantamento

A baixa será feita no balanço. O ocorrido se deu por conta que não foi inserido a dada da quitação no arquivo antes de encaminhá-lo ao TC.

Relatórios de Alerta e Instrução do TCE-SP

A Câmara tomou medidas de observar o art. 42 da LRF devolvendo ao município o valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) em outubro de 2022, com uma projeção de devolver até dezembro de 2022 mais R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Portal de Transparência

O site atende a Lei de Acesso à Informação, pois contém informações necessárias a acessibilidade dos municípios.

No mais, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereçam remessa deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no entanto, o mesmo será submetido à análise da Presidência.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente parecer de Controle Interno.

Restinga, 30 de Novembro de 2022.